

O Palácio Anchieta

*fabu
história*

KLEBER FRIZZERA

Enquanto o Governo do Estado de São Paulo, o mais rico do país, procura um palácio para se instalar no Centro da cidade ("Valor Econômico" 04/05/00), o Governo do Estado do Espírito Santo informa que irá abandonar a sua sede, o Palácio Anchieta, para acompanhar a Assembléia e o Tribunal na debandada para o Aterro do Suá. Na contramão da maioria dos países e cidades do mundo, que buscam manter as localizações de suas instituições políticas nas zonas centrais, associando a sua história e importância para a contribuição à qualificação desses espaços, o nosso Governo estadual prefere se igualar simbolicamente a uma empresa privada qualquer e subordinar as suas decisões e serviços à lógica do mercado.

O que faz com que nossos poderes constituídos fujam do centro original de Vitória, de seus edifícios históricos, de sua variedade e diversidade cultural, econômica e social e prefiram se estabelecer na homogeneidade de uma zona comercial e de serviços? O que determina esta escolha política, que visa a escapular de uma edificação construída nos meados do século XVI, um marco da ocupação portuguesa do Espírito Santo e que está sendo ocupada pelos governos estaduais ininterruptamente desde 1759?

Qualquer estudante de arquitetura e urbanismo sabe que os espaços construídos pela humanidade, além de expressarem, em sua materialidade, a situação histórica de sua fundação e das transformações que lhe conformaram, buscam na permanência de suas presenças constituírem e agregarem sentidos que tentam enfrentar a perda e a morte, inevitáveis destinos dos homens. A constituição do estado moderno, forma de organização social que se propõe a superar os limites do indivíduo, buscar o bem público e dar continuidade, no tempo, a um projeto de progresso e desenvolvimento sociais, se faz também na construção de signos físicos e imateriais, que propõem à vida pública a persistência, nesse projeto da democracia, da alegria e da paz, no compartilhamento dos embates contra os limites naturais do tempo da vida.

O Palácio Anchieta, com as múltiplas cores que lhe tingiram a face, ainda é, imagino,

o suporte simbólico concreto desse esforço civilizatório de quase quinhentos anos, que tentou fazer, em diversos tempos, nas terras capixabas. Mais que em todos os lugares de Vitória, foi aí que os jesuítas, ao erigirem um colégio, buscaram trazer para o novo mundo, a educação, o saber, o conhecimento, o centro e referência de um projeto histórico. Foi aí, após a sua expulsão em 1759, que lentamente se estabeleceram e se consolidaram os Governos provinciais e estaduais, neste processo incompleto de federalismo brasileiro. Foi aí, nas suas salas, que gestaram-se, em torno de poucos governantes progressistas, algumas mudanças significativas para o Estado, e foi, ao seu redor, na Praça João Clímaco, que manifestações populares expuseram suas indignações e revoltas ou aplaudiram renovadas esperanças, muitas vezes frustradas de mudanças e transformações.

O Governo do Estado do Espírito Santo informa que irá abandonar sua sede

Transferir a sede do Governo, abandonar o Palácio Anchieta, é reconhecer de vez o fracasso deste Estado, deste Governo, de nós todos, de constituirmos significados de permanência e continuidade ao trabalho de séculos e a nossa incapacidade de inventar outros, mais generosos e justos para oferecermos ao futuro. É abdicar de manter um compromisso com a cidade de Vitória, a sua Capital, de revalorizar o seu centro histórico e expor-se à admiração pública

em suas fachadas e interiores, testemunhas dessas lutas, de tantos fracassos e conquistas. É nos submeter à desesperança, pois uma vez perdidos os valores e sentidos do aparelho estatal, e velada a sua visibilidade para a população, qualquer lugar, por mais insignificante e medíocre que seja, servirá para abrigar a sede de um Governo.

Mas, quem sabe, exiladas pelo Estado as suas referências espaciais e simbólicas, sobrarão para nós, cidadãos, incapazes de sermos atendidos por suas ações e serviços, requeremos a sua imediata liquidação e, juntos, buscarmos outra forma mais digna, mais humana, mais sensível, outra maneira de pacificamente garantirmos a produção da democracia e do bem comum.

A11.513

KLEBER FRIZZERA é arquiteto